

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

EDITAL Nº 32/2019

CADERNO DE PROVAS | CARGO – **CONTADOR**

INSTRUÇÕES

- As instruções constantes neste Caderno de Provas e na Folha de Respostas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, bem como as orientações e instruções expedidas pela Comissão Organizadora do Concurso durante a realização das provas, complementam o Edital do Concurso e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não é permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido/fita corretora de texto.
- A duração da prova é de **3 (três) horas**, abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões para a Folha de Respostas.
- Este Caderno de Prova é constituído de **50 (cinquenta) questões objetivas numeradas de 1 a 50**, cada uma com **05 (cinco) alternativas**. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente.
- O candidato deverá verificar as informações contidas no Cartão de Respostas e no Caderno de Provas, se constatar algum erro ou incompletude solicite imediatamente ao fiscal a substituição.
- Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.
- Na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será atribuída pontuação 0,00 (zero) às questões
 - com mais de uma opção assinalada;
 - sem opção marcada;
 - com rasuras ou preenchidas a lápis.
- O cartão resposta deve ser marcado conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- O candidato somente poderá se retirar do recinto de aplicação da prova depois de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu início, e somente poderá levar consigo o caderno de provas quando restarem 30 (trinta) minutos para o término da aplicação.
- Durante a realização da Prova não será permitida a comunicação entre os candidatos, bem como consulta de qualquer natureza. Também não é permitido o uso de relógio de qualquer espécie, aparelhos eletrônicos ou eletromecânicos, boné, boina, chapéu, gorro, lenço ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato; não será permitido o uso de óculos escuros. O descumprimento de qualquer dessas determinações implicará a eliminação do candidato.
- Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal o Cartão de Respostas devidamente assinado no local apropriado.
- Os três últimos candidatos deixarão a sala de prova todos de uma só vez após a assinatura da Ata de Sala atestando a idoneidade da fiscalização.
- O candidato poderá ser submetido a revista com detector de metais durante a realização das provas.
- Os Cadernos de Provas estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ifsertao-pe.edu.br, no dia seguinte à realização das provas.
- O Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha será disponibilizado a partir do dia **26/08/2019**, no endereço eletrônico www.ifsertao-pe.edu.br.

RASCUNHO

CORTE AQUI

Caso queira levar a marcação do gabarito, sem o caderno de provas, utilize este espaço e destaque apenas esta parte da página.
Este espaço é apenas para uso do candidato, não será utilizado para correção da prova!

ESPAÇO RESERVADO PARA MARCAÇÃO DE GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.

Texto I para as questões 01 e 02

Humanidade já esgotou recursos do planeta para este ano

Cálculo mostra que a humanidade já consumiu todos os recursos naturais que o planeta oferece

A humanidade viverá no crédito, a partir deste dia 29 de julho, pois já consumiu todos os recursos naturais que o planeta oferece, segundo um cálculo realizado pela organização Global Footprint Network.

O chamado “Dia da Sobrecarga”, calculado desde 1986, chegou dois meses antes de 20 anos atrás e, a cada ano, antecipa-se no calendário. Em 1993, ocorreu em 21 de outubro; em 2003, em 22 de setembro; e em 2017, 2 de agosto.

“O fato de que o dia da sobrecarga da Terra seja 29 de julho significa que a humanidade utiliza, atualmente, os recursos ecológicos 1,75 vez mais rápido que a capacidade de regeneração dos ecossistemas”, destaca a ONG em um comunicado.

“Gastamos o capital natural do nosso planeta, reduzindo, ao mesmo tempo, sua capacidade futura de regeneração”, adverte a organização.

Os modos de consumo apresentam enormes diferenças entre os países. “O Catar alcançou seu dia de sobrecarga depois de 42 dias, enquanto a Indonésia consumiu todos os recursos para o ano inteiro depois de 342”, destaca WWF, associada à Global Footprint Network.

“Se todo mundo vivesse como os franceses, precisaria de 2,7 planetas” e, se todo mundo adotasse o modo de consumo dos americanos, seriam necessárias cinco Terras.

Segundo a WWF, “diminuindo as emissões de CO2 em 50%, poderíamos ganhar 93 dias ao ano, isto é, atrasar o dia da sobrecarga da Terra até outubro”.

Fonte: Agência France-Presse, 29/07/2019/

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/07/29/interna_mundo,774405/humanidade-ja-esgotou-recursos-do-planeta-para-este-ano-diz-ong.shtml (adaptado para esta prova)

01. Considerando aspectos do estudo de gêneros textuais, aponte a questão que analisa coerentemente as características do texto acima:

- A) Por se tratar de um texto do gênero ‘notícia’, é coerente chamar a frase “Humanidade já esgotou recursos do planeta para este ano” de manchete.
- B) O texto não contém trechos que se configuram comentário, por ser do gênero jornalístico.
- C) O evento principal de que trata o texto só deve aparecer no lead – a “cabeça” da produção textual.
- D) De acordo com a temática tratada, é possível dizer que não há abordagem de causas e consequências no texto.
- E) O texto, a iniciar pelo título, configura-se um artigo opinativo.

02. Analise as afirmativas a respeito dos termos coesivos grifados no texto e marque o item correto.

- A) O conectivo “pois”, termo sequencial do texto, dá início a uma frase de valor semântico de consequência em relação ao dito anteriormente.

B) “Atualmente” faz conexão temporal de continuidade em relação ao parágrafo anterior.

C) “A organização” tem como referente o termo “humanidade”.

D) “Enormes diferenças” é uma expressão que retoma as informações contidas no segundo parágrafo do texto.

E) Os verbos “precisaria” e “seriam” têm a expressão “todo mundo” como agente, cumprindo, coerentemente, a coesão frásica no parágrafo.

Texto II para as questões 03 a 05

PF adota cautela sobre depoimentos de hackers e vê pontas que não fecham

Apesar dos primeiros depoimentos e apreensões da Operação Spoofing, a ordem na Polícia Federal é de adotar cautela nas investigações. Diante da dimensão das invasões de celulares, a PF ainda fará todas as checagens para confirmar a versão dos quatro presos, mesmo com as confissões já feitas.

Segundo fontes da Polícia Federal, algumas pontas da investigação ainda não fecham. Até porque a dimensão do hackeamento – atingindo as principais autoridades dos três poderes, do Ministério Público Federal, da própria Polícia Federal, além de jornalistas – pode indicar uma ação maior. Ou seja, se há alguém ou algum grupo por trás dos quatro suspeitos presos de envolvimento na invasão de celulares de autoridades.

Do ponto de vista político, o ambiente pós-hackeamento é de perplexidade em Brasília. Avaliação dentro do governo é de que há uma tentativa orquestrada de desestabilizar de forma generalizada os poderes e desacreditar a Operação Lava Jato.

Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade nas comunicações digitais acendeu o alerta de que as autoridades precisam de um cuidado redobrado para que não fiquem mais expostas às ações de hackers.

Gerson Camarotti. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2019/07/26/pf-adota-cautela-sobre-depoimentos-de-hackers-e-ve-algumas-pontas-que-nao-fecham.ghtml>

03. As palavras polícia, ministério e própria estão corretamente acentuadas, pois:

- A) são proparoxítonas
- B) são paroxítonas terminadas em ditongo.
- C) são oxítonas terminadas em a e o.
- D) são oxítonas terminadas em ditongo oral.
- E) são paroxítonas terminadas em vogal.

04. Sobre o período: "Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade nas comunicações digitais acendeu o alerta de que as autoridades precisam de um cuidado redobrado para que não fiquem mais expostas às ações de hackers" é possível afirmar que:

- A) o verbo acendeu está no pretérito perfeito do indicativo.
- B) é formado por 4 orações.
- C) o sujeito de fiquem é hackers.
- D) redobrado exerce a função morfológica de advérbio.
- E) os verbos precisam e fiquem estão no presente do indicativo.

05. Assinale a alternativa que não apresenta a correta análise do processo de formação de palavra.

- A) A palavra "Haqueamento" é um neologismo.
- B) a palavra haqueamento foi formada a partir de um processo de formação de palavras chamado Sufixação.
- C) A palavra desestabilizar foi formada pelo processo de prefixação.
- D) A palavra dobrar foi formada por prefixação.
- E) Generalizada é uma palavra formada por sufixação.

Texto III para as questões 06 e 07

Comissão de Anistia suspende análise de casos que também estejam em tramitação na Justiça

Por Matheus Leitão

O presidente da Comissão de Anistia do governo federal, João Henrique Nascimento de Freitas, decidiu suspender a análise de processos que também estejam em tramitação na Justiça.

Há casos de pessoas que apresentaram pedido à comissão e também decidiram recorrer à Justiça para tentar agilizar a análise do caso delas.

Segundo o **blog** apurou, a decisão do presidente da comissão foi tomada nesta quarta-feira (24) e ainda será feito um levantamento para o grupo identificar quais processos se enquadram na determinação.

A Comissão de Anistia se reuniu nesta quarta-feira (24) e nesta quinta-feira (25) para analisar 105 processos. O pedido da ex-presidente Dilma, que estaria na pauta, não foi incluído a pedido da relatora do caso, Any Ávila Assunção.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/07/25/comissao-de-anistia-suspende-analise-de-casos-que-tambem-estejam-em-tramitacao-na-justica.ghtml>

06. Em: "Há casos de pessoas que apresentaram pedido à comissão e também decidiram recorrer à Justiça para tentar agilizar a análise do caso delas", sobre o uso da crase, é correto afirmar:

- A) Em "à comissão" a crase acontece em função da regência do nome "pedido" e do fato de comissão ser uma palavra feminina.
- B) A crase acontece porque o verbo apresentar exige a preposição a para o objeto indireto e comissão é uma palavra feminina.
- C) Em "à justiça" a crase é obrigatória, pois o verbo recorrer está no infinitivo.
- D) nos dois casos em que ocorre, a crase é facultativa.
- E) Na segunda ocorrência, "à justiça", a crase pode ser retirada sem prejuízo semântico para o enunciado.

07. "Segundo o **blog** apurou, a decisão do presidente da comissão foi tomada nesta quarta-feira (24) e ainda será feito um levantamento para o grupo identificar quais processos se enquadram na determinação."

Uma nova redação para a frase acima, em que se mantém a clareza, o sentido e a correção, está em:

A) Segundo o blog apurou, o presidente da comissão tomara a decisão nesta quarta-feira (24) e ainda fará um levantamento para que sejam identificados pelo grupo os processos que se enquadram na determinação.

B) Segundo o blog apurou, o presidente da comissão tomará a decisão nesta quarta-feira (24) e ainda fará um levantamento para que sejam identificados pelo grupo os processos que se enquadram na determinação.

C) Segundo o blog apurou, o presidente da comissão tomou a decisão nesta quarta-feira (24) e ainda fará, um levantamento para que sejam identificados pelo grupo os processos que se enquadram na determinação.

D) Segundo o blog apurou, o presidente da comissão, tomou a decisão nesta quarta-feira (24), mas ainda fará um levantamento para o grupo identificar quais processos se enquadram na determinação.

E) Segundo o blog apurou, o presidente da comissão tomou a decisão nesta quarta-feira (24) e ainda será feito um levantamento para o grupo identificar os processos que são enquadrados na determinação.

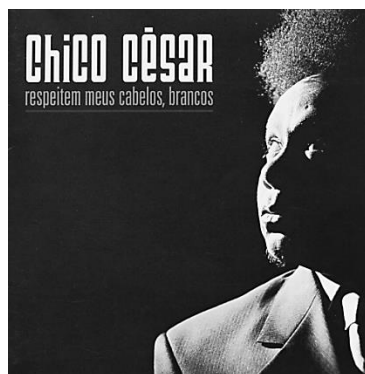
Textos IV e V para questão 08

Texto IV:

"Não falem desta mulher perto de mim/ Não falem pra não lembrar minha dor/ Já fui moço/ já gozei a mocidade/ Se me lembro dela, me dá saudade/ Por ela vivo aos trancos e barrancos/ Respeitem, ao menos, os meus cabelos brancos [...]"

Música de Herivelto Martins, Cabelos Brancos (1949). Fonte: NAPOLITANO, Marcos. A música brasileira na década de 1950. REVISTA USP, São Paulo, n.87, p. 56-73, 2010. Acessado em 26 de junho de 2019.

Texto V:



"Respeitem meus cabelos, brancos/ Chegou a hora de falar/ Vamos ser francos/ Pois quando um preto fala/O branco cala ou deixa a sala/Com veludo nos tamancos [...]"

Disponível em: <http://www.direito2.com.br/stf/2009/abr/3/programa-refrao-da-tv-justica-estreia-comchico-cesar-e-a-musica>

08. Considerando a normatividade sintática referente à concordância verbal e à concordância nominal, aponte o item correto:

A) As expressões “não falem” e “respeitem” ferem a sintaxe textual, pois, por serem imperativos negativos e positivos (respectivamente), possuem sujeitos diferentes.

B) Na expressão “Respeitem, ao menos, meus cabelos brancos”, o substantivo exige o plural do adjetivo, diferente do que ocorre nos versos de Chico César, visto que o termo “brancos” pode ir ao singular, sem ferir a sintaxe de concordância e sem alterar a semântica do texto.

C) O verbo “Lembrar” (linha 1) possui o mesmo sujeito que “falem” e “respeitem”, razão pela qual deveria estar expresso no plural, na canção de Herivelton Martins.

D) A expressão “aos trancos e barrancos” não pode ser escrita sem o artigo determinante “a trancos e barrancos”, pois fere a concordância nominal.

E) Em “meus cabelos”, há relação de concordância verbal entre os dois termos.

Texto VI para a questão 09

Melhorar a educação será um dos maiores desafios brasileiros

Especialistas dizem que melhorar a qualidade do ensino no país é fundamental para reduzir as desigualdades sociais e promover o crescimento econômico

Embora o país registre alguns avanços — como o aumento no número de crianças de quatro a 17 anos nas escolas, faixa na qual a taxa de atendimento subiu de 48% para 94,2% desde 1970 —, situações como atraso na aprendizagem, abandono escolar e incompatibilidade com boas práticas internacionais parecem não ter solução. Na visão de especialistas, qualquer presidente que assumir em 2019 precisará priorizar o tema, com a noção de que **ignora-lo** significa dar um passo em direção à estagnação social e econômica do país.

Correio Braziliense - postado em 29/07/2018

09. A colocação pronominal utilizada na expressão em destaque, no texto, fere a norma padrão, pois a conjunção “que” é um elemento atrativo, exigindo a ocorrência de próclise (pronomes antes do verbo). Em qual dos itens abaixo também ocorre desvio padrão na colocação pronominal?

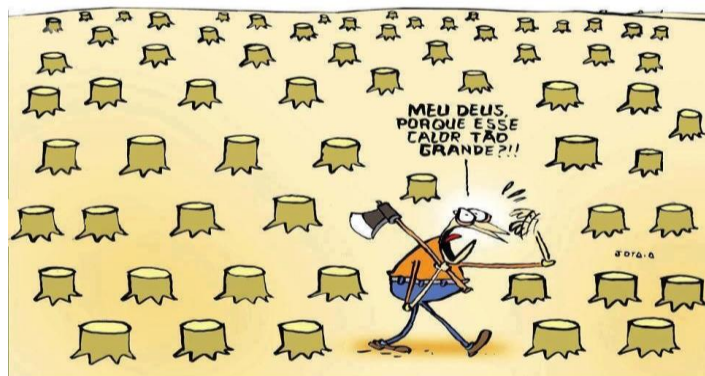
A) “Seja por necessidade de complementar a renda, seja por paixão pela profissão que exercem, muitos idosos estão dispostos a trabalhar, porém ainda enfrentam dificuldade para o fazer”

B) “O desemprego entre os idosos saiu de 18,5% em 2013 para 40,3% em 2018, embora ainda encontrem-se muitos idosos trabalhando no comércio, principalmente”.

C) “Na realidade, o empresariado pensa: idoso? Não o contrato, porque adoce mais, e isso vai me custar mais dinheiro.”

D) “Com o envelhecimento da população, o IBGE realizou uma projeção que revela: o percentual de pessoas idosas deve chegar este ano a 9,52% e, em 2060, a 25,5%, exigindo-se políticas públicas mais específicas para esse segmento”

E) “Com o aumento da expectativa de vida, a geração mais nova tem muito que aprender com a geração mais velha, em se tratando, principalmente, de desacelerar e de ter mais paciência



Meu Deus, porque esse calor tão grande?!!

10. A charge acima é constituída de aspectos verbais e não verbais. Sobre a parte verbal da charge, aponte o item INCORRETO na análise linguística:

A) A vírgula posta depois da expressão “Meu Deus” é marca obrigatória em vocativo.

B) Há desvio padrão na escrita da palavra “porque”, pois tratando-se de uma interrogação direta, deveria ser escrito de forma separada e sem acento gráfico: “por que”.

C) O uso do ponto interrogativo seguido de exclamações indica semântica de surpresa/espanto na fala do personagem.

D) A palavra “tão” é intensificador do adjetivo “grande”, modo comumente utilizado na fala do brasileiro, sem a exigência de outra expressão paralela como ocorre em: “Segundo o Mapa da Violência 2019, os índices de violência em certas cidades do interior do Brasil são tão altos, que excedemos os de países em guerra, como a Síria”.

E) Quanto à escrita da palavra “porque”, a última reforma ortográfica (em vigência) retirou a obrigatoriedade do acento, independente do uso frásico do termo.

11. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; a irredutibilidade do salário, vedada disposição contrária em convenção ou acordo coletivo; e seguro contra acidentes pessoais, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

B) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º; cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; e incapacidade civil absoluta.

C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

D) O caráter nacional, o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, a prestação de contas à Justiça Eleitoral e o funcionamento parlamentar de acordo com a lei são preceitos a serem observados no direito à livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

E) Salvo nos casos previstos na Constituição, a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

12. Considerando-se as normas estabelecidas pela Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, assinale a alternativa CORRETA:

A) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

B) O servidor vinculado ao regime da Lei nº 8.112/1990, que acumula licitamente dois cargos efetivos, uma vez nomeado para ocupar cargo em comissão ou função de confiança, deverá em todo caso se afastar de ambos os cargos efetivos, ainda que haja compatibilidade de horário, tendo em vista que, diante da nomeação em cargo de comissão, o servidor passa a se submeter a regime integral de dedicação ao serviço.

C) O estágio probatório ficará suspenso durante qualquer licença e afastamento usufruídos pelo servidor.

D) Vencimento corresponde ao valor da remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

E) Ao servidor é assegurada a concessão de licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, sem prejuízo de sua remuneração.

13. A respeito da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, considere as seguintes assertivas:

I. É defeso ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

II. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

III. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.

IV. Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

V. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Está correto o que se afirma apenas em:

A) I, II e IV.

B) I, IV e V.

C) II e IV.

D) I, II e V.

E) III e V.

14. Considerando-se os termos da Lei nº 11.091, de 12/01/2005, analise as assertivas de I a IV, e depois assinale a alternativa correta:

I - Sem prejuízo das demais atividades previstas em lei, o Técnico-Administrativo em Educação poderá substituir o Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em suas atividades docentes, sendo-lhe autorizado ministrar aulas, quando devidamente demonstrada a necessidade do caso concreto, desde que possua formação técnica adequada para o desempenho da referida atividade.

II - É vedada a aplicação do instituto da redistribuição aos cargos vagos ou ocupados, dos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino para outros órgãos e entidades da administração pública e dos Quadros de Pessoal destes órgãos e entidades para aquelas instituições.

III - O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá afastar-se de suas funções para prestar colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa e ao Ministério da Educação, não podendo o afastamento exceder a 4 (quatro) anos.

IV - O Incentivo à Qualificação poderá integrar os proventos de aposentadorias e as pensões nas hipóteses em que os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

A) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

B) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

C) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras.

D) Apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.

E) Todas as alternativas estão verdadeiras.

15. Considerando a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pode-se

afirmar que o patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais não será constituído:

- A) pelos bens e direitos que vier a adquirir.
- B) pelas doações ou legados que receber.
- C) pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente.
- D) pelas descentralizações de crédito provenientes de outras instituições federais de ensino.
- E) por incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

16. Acerca da Lei nº 8.666/1993, leia as definições contidas nos itens de I a V, em seguida assinale a alternativa que corresponde às modalidades de licitação, na ordem em que aparecem:

I - Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

II - Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

III - Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

IV - Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

V - Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

- A) Tomada de preços, leilão, concorrência, convite e concurso.
- B) Concorrência, leilão, tomada de preços, convite e concurso.
- C) Concorrência, leilão, tomada de preços, concurso e convite.
- D) Tomada de preços, concorrência, concurso, convite e leilão.
- E) Tomada de preços, convite, concorrência, leilão e concurso.

17. Sobre a formalização dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- A) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre bens móveis e imóveis.
- B) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

C) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades, independentemente de seu valor.

D) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos.

E) Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, deve a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

18. A respeito da Lei nº 8.429/1992, assinale a única alternativa que contempla apenas atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

A) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas na Lei; praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

B) frustrar a licitude de concurso público; frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

C) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; negar publicidade aos atos oficiais; utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas na Lei.

D) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; frustrar a licitude de concurso público; deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

19. As questões a seguir, dizem respeito à Lei Nº 8.429, de 02/06/1992, que trata dos atos de improbidade. Analise as assertivas e assinale a opção correta:

I - Considerando-se a gravidade das sanções impostas, a Lei nº 8.429, de 02/06/1992 estabelece um rol taxativo de atos de improbidade e não meramente exemplificativo.

II - Os atos de improbidade podem ser imputados àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

III - Os atos de improbidade que causarem lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito poderão ensejar a indisponibilidade dos bens do agente causador do dano, podendo tal medida, inclusive, sujeitar seus sucessores até o limite do valor da herança.

IV - A Lei No 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre atos de improbidade, na forma nela definidos, prevê a aplicação de sanções tão-somente àqueles atos que causem danos ao erário, tendo em vista que a sua finalidade maior é o ressarcimento financeiro desses prejuízos.

V - Os atos de improbidade também poderão ser imputados ao agente que exerça transitoriamente ou sem remuneração mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território.

- A) Somente estão corretos os itens II, III, e V.
- B) Somente estão corretos os itens I, II e III.
- C) Somente estão corretos os itens I, III e V.
- D) Somente estão corretos os itens II, IV e V.
- E) Todas as opções estão corretas.

20. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, de que trata o Código Penal, assinale a alternativa que corresponde ao crime de concussão.

- A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- B) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- C) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- D) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- E) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Qual das proposições abaixo é a negação lógica equivalente da proposição: "Se um indivíduo joga futebol, então ele corre o risco de tornar-se juiz de futebol"?

- A) Um indivíduo não joga futebol e não corre o risco de tornar-se juiz de futebol.
- B) Um indivíduo joga futebol e não corre o risco de tornar-se juiz de futebol.
- C) Um indivíduo joga futebol e corre o risco de tornar-se juiz de futebol.
- D) Um indivíduo não joga futebol, então, não corre o risco de tornar-se juiz de futebol.
- E) Se um indivíduo não joga futebol, então, corre o risco de tornar-se juiz de futebol.

22. O conjunto das partes de um Conjunto A possui 2048 elementos. Então é possível afirmar que o Conjunto A possui:

- A) 7 elementos
- B) 8 elementos
- C) 9 elementos
- D) 10 elementos
- E) 11 elementos

23. Um feirante recebe sacos de abacates de 32 quilogramas (kg) para serem vendidos em embalagens menores. Em determinado dia, ele esqueceu os pesos metálicos e o único objeto disponível era uma balança de dois pratos. Qual é a quantidade mínima de pesagem para formar pacotes de 14 kg?

- A) 3
- B) 4

- C) 5
- D) 6
- E) 7

24. Numa obra de construção civil 4 operários, trabalhando 8 horas por dia, constroem um muro de 48 metros em 7 dias. Quantos dias são necessários para que uma equipe de 3 operários trabalhando 6 horas por dia, construa um muro de 18 metros?

- A) 4 dias.
- B) 4 dias e 2 horas.
- C) 4 dias e 3 horas.
- D) 4 dias e 4 horas.
- E) 5 dias.

25. Considere verdadeiras as cinco afirmações seguintes:

- I. Se Ana é atriz, então Pedro é professor.
- II. Daniel não é dentista se, e somente se, Pedro não é professor.
- III. Flávio não é futebolista se, e somente se, Carla é cantora.
- IV. Daniel é dentista e Ana não é atriz.
- V. Ou Pedro não é professor ou Carla é cantora.

É correto afirmar que:

- A) Carla é cantora e Pedro não é professor.
- B) Ana não é atriz e Flávio é futebolista.
- C) Nem Carla é cantora e nem Pedro é professor.
- D) Ana é atriz e Daniel é dentista.
- E) Daniel é dentista e Flávio não é futebolista.

26. Acerca da Lixeira do Windows 10 julgue os itens a seguir:

I. Os itens que aparecem na Lixeira permanecem lá até que sejam excluídos definitivamente ou restaurados, contudo, os arquivos que ficam na Lixeira não ocupam espaço no disco rígido do computador.

II. Uma das formas de enviar um arquivo para a Lixeira é selecionar o arquivo e clicar com o botão direito do mouse acionando a opção “Excluir”.

III. Uma vez na Lixeira, o arquivo somente poderá ser restaurado pelo usuário depois de decorridas 24 horas.

IV. Ao excluir um arquivo, uma tela de confirmação de exclusão poderá ou não aparecer, a depender da configuração que foi selecionada nas propriedades da Lixeira.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II
- B) II
- C) I e III
- D) II e IV
- E) I, II e IV

27. No browser Google Chrome é possível navegar pela Web com privacidade, ou seja, de forma que os registros da atividade do usuário não sejam memorizados pelo programa de navegação. Para isso, o usuário precisará abrir uma janela de navegação anônima. Acerca do modo de navegação anônima do Google Chrome é INCORRETO afirmar que:

- A) O usuário poderá abrir uma janela de navegação anônima através das teclas de atalho do teclado: Ctrl + Shift + N.
- B) O modo de navegação anônima é executado numa janela distinta das janelas normais do Chrome.
- C) No modo de navegação anônima o Chrome não salvará o histórico de navegação, os cookies e dados do site ou as informações inseridas em formulários; contudo, salvará as páginas que forem adicionadas aos “Favoritos”.
- D) Arquivos de downloads não serão mantidos, caso o usuário os obtenha por meio do modo de navegação anônima.
- E) A atividade do usuário permanece visível para os sites que visita, o empregador, a escola ou o provedor de acesso à Internet.

28. Acerca do Editor de Texto LibreOffice Writer é INCORRETO afirmar que:

- A) É possível salvar um documento nesse editor no formato do Microsoft Word. Para isso, basta acessar o Menu “Arquivo”, em seguida a opção “Salvar como”. Na caixa de diálogo “Salvar como”, no menu da lista suspensa Tipo de arquivo (ou Salvar como tipo), selecione o tipo de formato Word que você precisa. Clique em Salvar.
- B) Ao se trabalhar na edição de um texto é possível selecionar itens não consecutivos do texto através dos seguintes comandos: Selecione o primeiro pedaço do texto. Pressione a tecla Control (CTRL) do teclado e use o mouse para selecionar o próximo pedaço de texto.

C) É possível localizar um texto dentro do documento no Writer através da barra de ferramentas pesquisar.

D) É possível iniciar uma Planilha do LibreOffice Calc acionando o Menu “Arquivo” e clicando na opção “Novo” no LibreOffice Writer.

E) O usuário pode escolher as barras de ferramentas que deseja que sejam exibidas no editor, para isso ele deverá selecionar a opção “Barra de Ferramentas” no Menu “Arquivo”.

29. Acerca do LibreOffice Calc julgue os itens a seguir:

I. É o programa de apresentação do LibreOffice. Pode-se criar slides que contenham diferentes elementos, incluindo texto, marcadores e listas numeradas, tabelas, gráficos, clipart e uma ampla gama de objetos gráficos.

II. É o componente de Planilha de Cálculo do LibreOffice. Você pode fornecer dados (em geral, numéricos) em uma planilha e manipulá-los para produzir determinados resultados.

III. Através do Calc não é possível abrir arquivos com os valores separados por vírgulas (Comma-Separated-Values – CSV), uma vez que esse tipo de formato só é suportado por aplicações pagas como o Microsoft Excel.

IV. É possível a inserção de gráficos de vários tipos (pizza, barra, coluna, etc.) no Calc. Para isso, o usuário pode escolher a opção “Gráfico” no Menu “Inserir”.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e IV
- D) II, III e IV
- E) I e IV

30. A impressora é um dispositivo que permite fazer impressões em papel dos dados do computador. Existem diversos tipos de impressoras, cada uma com características próprias. Acerca de alguns dos tipos de impressores disponíveis atualmente, analise as descrições a seguir:

- (1) Impressora matricial
- (2) Impressora Jato de tinta
- (3) Impressora a Laser
- () Utiliza um feixe de raio laser para desenhar o objeto a ser impresso em um rolo coberto com um pó chamado toner.
- () Sua técnica de impressão se dá por meio de “agulhas”. Essas agulhas “batem” numa fita (como na máquina de datilografia) e essa fita, por sua vez, é empurrada contra o papel.
- () Seu sistema de impressão se baseia em pequenos reservatórios que “cospem” tinta em pontos definidos do papel. A sequência que corresponde às descrições apresentadas é dada por:

- A) 1 / 2 / 3
- B) 2 / 1 / 3
- C) 3 / 1 / 2
- D) 3 / 2 / 1
- E) 2 / 3 / 1

31. Observe as afirmativas I, II, III e IV, referentes ao Processo de planejamento orçamentário, que envolve a elaboração, a aprovação, a execução e o controle.

I - Cabe ao Poder Executivo a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, com base no planejamento estabelecido no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigentes.

II - O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, faz a captação e consolidação das propostas de cada Ministério e dos demais Poderes, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF. Posteriormente, o PLOA deve ser encaminhado ao Poder Legislativo para aprovação.

III - Após o envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional – CN, os Deputados Federais e Senadores, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, examinam, discutem, ajustam, votam e aprovam a proposta orçamentária. O relatório da CMO é apreciado pelo plenário do CN. Os Deputados e Senadores podem, sob determinadas condições, propor alterações à proposta orçamentária (emendas parlamentares).

IV - Após a publicação do Orçamento, o Poder Executivo tem até 20 dias para editar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Com base nas afirmativas acima, referentes ao Processo orçamentário, marque a opção correta:

- A) São verdadeiras somente as afirmativas I e II.
- B) São verdadeiras somente as afirmativas I e III.
- C) São verdadeiras somente as afirmativas I, II e IV.
- D) São verdadeiras somente as afirmativas II, III e IV.
- E) Somente a afirmativa IV é falsa.

32. O Sistema de Controle Interno – Art. 74 da Constituição Federal (CF) afirma que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos e privados por entidades de direito público;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assinale a opção correta:

- A) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D) Apenas os itens III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

33. Todo o processo orçamentário tem sua obrigatoriedade estabelecida na Constituição Federal, Art. 165, que determina a necessidade do planejamento das ações de governo por meio do:

- A) Planejamento Participativo – PP, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.
- B) Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- C) Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.
- D) Plano Plurianual – PPA, Lei do Orçamento Participativo – LOP e a Lei Orçamentária Anual – LOA.
- E) Orçamento Participativo – OP, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

34. À luz da Constituição Federal Brasileira, em seu art. 165, § 5º, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve compreender:

- A) O orçamento federal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento operacional das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;
- B) O orçamento social referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento operacional das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento previdenciário, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;
- C) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento operacional das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento de investimento social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;
- D) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;
- E) O orçamento global referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o

orçamento estratégico das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade nacional, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

35. De acordo com o Art. 165, da Constituição Federal de 1988, Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Sobre esses instrumentos legais é INCORRETO afirmar que:

A) O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

B) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

C) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

D) A lei de diretrizes orçamentárias deve ser acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

E) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

36. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em seu Art. 9º, devem integrar a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno, os seguintes elementos, com exceção do:

A) relatório de gestão;

B) relatório do tomador de contas, quando couber;

C) relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;

D) parecer técnico de auditoria independente

E) pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma da Lei.

37. A Lei Complementar nº 164/2018 fez alterações no Art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, suavizando regras para o cumprimento dos limites de despesas com pessoal e retirando restrições aos municípios em caso de limite ultrapassado por queda na arrecadação.

O § 3º da LRF diz o seguinte: Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: I - receber transferências voluntárias; II - obter garantia direta ou indireta de outro ente; III - contratar operações de crédito,

ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. Com base no que prevê o Art. 23 da supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, marque a opção correta:

A) As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior.

B) As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real inferior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior.

C) As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 20% (vinte por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior.

D) As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real inferior a 20% (vinte por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior.

E) As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 15% (quinze por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior.

38. O Art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, versa que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública. Sobre esse anexo, é INCORRETO afirmar que ele deve conter:

A) Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

B) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

C) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

D) Avaliação da situação financeira e atuarial, tanto dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos trabalhadores da iniciativa privada, excetuando-se os demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

E) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

39. Sobre as modalidades de licitação (Lei nº 8.666/1993, Art. 22), assinale a única alternativa INCORRETA:

A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis servíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, superior ao valor da avaliação.

40. Das regras abaixo (I, II, III, V e VIII), referentes ao Art. 4º da Lei 10.520/2002, marque a alternativa INCORRETA:

A) I - A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º.

B) II - Do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.

C) III - Do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.

D) V - O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

E) VIII - No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

41. Sobre Conceitos de Contabilidade Pública, associe as palavras – (1) Prestação de Contas; (2) Tomada de Contas; (3) Controle Interno; (4) Controle Externo – aos seus respectivos conceitos:

() Compreende as atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, administrativa e operacional das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, assim como as de verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores.

() É o processo organizado por um agente responsável por receitas ou despesas públicas ou pelo órgão de contabilidade analítica de uma entidade da administração indireta, inclusive

Fundação instituída pelo Poder Público, relativamente aos atos de gestão praticados por seus dirigentes.

() Visa comprovar a legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade e a regularidade da utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento e administração dos dinheiros, bens e valores públicos, bem como a fiel execução dos orçamentos da União e programas de governo.

() É um levantamento preparado pelo serviço de contabilidade de um órgão da administração direta, sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, sob a responsabilidade de um ou mais agentes, num determinado exercício ou período de gestão.

A sequência correta é:

A) 2, 1, 4 e 3

B) 2, 4, 3 e 1

C) 1, 3, 4 e 2

D) 3, 1, 4 e 2

E) 3, 1, 2 e 4

42. Sobre Restos a Pagar, julgue os itens a seguir com Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

() Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

() No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas não poderão ser inscritas em restos a pagar.

() A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A sequência correta é:

A) F-F-V-V

B) F-V-F-V

C) V-F-V-F

D) V-V-V-F

E) V-V-F-V

43. À luz da Lei 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispõe sobre a Receita Pública. De acordo com o manual, é INCORRETO afirmar que:

A) o orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período;

B) serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, sem ressalvas, ainda que não previstas no Orçamento.

C) a Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro

de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

D) a Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

E) em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

44. À luz da Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispõe sobre a Despesa Pública. De acordo o manual, é INCORRETO afirmar que:

A) A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade;

B) A despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada;

C) A despesa extraorçamentária é aquela que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios;

D) A Despesa Orçamentária Efetiva é aquela que, no momento de sua realização, constitui fato contábil modificativo distributivo, altera a realidade social, mas não reduz a Situação Líquida Patrimonial;

E) A Despesa Orçamentária Não Efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

45. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os conceitos dados abaixo:

A) O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, porém, para conceder o recurso ao suprido não é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento;

B) A Lei 4.320/1964, no Art. 37, determina que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica;

C) São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação);

D) Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo;

E) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, em Dívida Ativa Tributária (proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas) e Dívida Ativa Não Tributária (proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais).

46. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 105, o Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro, que compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

II - O Ativo Permanente, que compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

III - O Passivo Financeiro, que compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.

IV - O Passivo Permanente, que compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

V - As contas de compensação, nas quais serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Assinale a alternativa em que todas as assertivas estão corretas:

A) Todas as alternativas estão corretas.

B) Apenas I, II e V estão corretas.

C) Apenas I, III e IV estão corretas.

D) Apenas I, II, IV e V estão corretas.

E) Apenas II, III, IV e V estão corretas.

47. De acordo com o Art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida fluante compreende, EXCETO:

A) Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.

B) Os serviços da dívida a pagar.

C) Os depósitos.

D) Os débitos de tesouraria.

E) As despesas não processadas.

48. Observe as afirmativas abaixo, referentes à execução do orçamento, conforme Lei 4.320 de 1964.

I - Art. 51. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

II - Art. 52. São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

III - Art. 53. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

IV - Art. 54. Não será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

V - Art. 55. Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.

Após análise das afirmações acima podemos concluir que:

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- E) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

49. Considerando a Lei 4.320/1964, é INCORRETO afirmar que:

- A) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade;
- B) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei;
- C) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas as disposições previstas em lei;

D) A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar;

E) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

50. Com relação ao enunciado abaixo, referente à Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019, no item 5, marque a opção INCORRETA em relação aos poderes do contador:

- A) Publicar trabalho científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- B) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito.
- C) Transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
- D) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.
- E) Renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e a correção de seu trabalho.